

**ÍNDICE MUNICIPAL DE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE – IQM 2022**

**FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS  
MUNICÍPIOS CONSORCIADOS (ANO 1)**

<b>MUNICÍPIO:</b>	
<b>ÓRGÃO MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELO IQM:</b>	
<b>ENDEREÇO DO ÓRGÃO:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>NOME DO GESTOR DO ÓRGÃO:</b>	
<b>TELEFONE FIXO:</b>	<b>CELULAR:</b>
<b>E-MAIL:</b>	

**CONDICIONANTE PARA PARTICIPAÇÃO NO IQM/2022**

<b>FUNDO ESPECÍFICO DE MEIO AMBIENTE</b>	<b>SIM ( )</b>	<b>NÃO ( )</b>
<b>Doc. comprobatório: Comprovar com a cópia da Lei do fundo municipal do meio ambiente</b>		

**ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS**

**OBS. 1: TODOS OS DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO LISTADOS NO FORMULÁRIO DEVEM SER ENVIADOS EM ANEXO PARA ANÁLISE EM FORMATO DIGITAL.**

**OBS. 2: O PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SÃO IMPRESCINDÍVEIS AO PLANEJAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.**

**OBS. 3: PARA PONTUAÇÃO NO IQM 2022, TODOS OS ITENS (1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5) DEVERÃO SER COMPROVADOS.**

**OBS. 4: PARA A AVALIAÇÃO DO ÍNDICE MUNICIPAL DE QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE – IQM – EDIÇÃO 2022, FICA SUSPensa A EXIGÊNCIA CONTIDA NO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMA Nº 01/2020, QUANTO A COMPROVAÇÃO DOS REPASSES AO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DOS VALORES PUBLICADOS PELA SEFAZ/SEMA, REFERENTES AO ANO DE 2020. (Instrução Normativa SEMA Nº 01/2021, Art. 1º).**

<b>1. CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO</b>	
<b>1.1. CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DEFINIÇÃO DA LEGISLAÇÃO UNIFORME</b>	
<i>*Marque os itens cumpridos pelo Município</i>	
<b>a) Constituição do Consórcio Público</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com lei de constituição do consórcio público.</i>	
<b>b) Definição do quadro de pessoal, cargos e empregos públicos</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com anexo da lei de constituição do consórcio público ou lei específica.</i>	
<b>c) Definição das leis ou instrumentos jurídicos uniformes de planejamento, regulação e fiscalização e prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com anexo das leis ou dos instrumentos de constituição do consórcio público ou lei específica.</i>	
<b>d) Previsão da instituição da taxa de resíduos sólidos domiciliares</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com anexo da lei ou do instrumento jurídico de constituição do consórcio público ou lei específica.</i>	
<b>e) Definição das leis uniformes de gestão dos resíduos da construção civil e dos resíduos volumosos</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com anexo da lei de constituição do consórcio público ou lei específica.</i>	
<b>1.2. FORMAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO</b>	
<b>a) Formação da primeira diretoria ou da atual diretoria</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com ata da Assembleia de Prefeitos para eleição da diretoria.</i>	
<b>b) Definição do Superintendente, Secretário Executivo ou Gestor Ambiental residente</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com ato do Presidente.</i>	
<b>1.3. CRIAÇÃO DO FUNDO ESPECÍFICO DE MEIO AMBIENTE QUE RECEPCIONARÁ O RECURSO DO ICMS SÓCIO AMBIENTAL</b>	
<b>a) Criação do fundo específico de meio ambiente</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com anexo da lei de constituição do consórcio público ou lei específica.</i>	
<b>1.4. APROVAÇÃO DO PLANO REGIONALIZADO DE COLETAS SELETIVAS MÚLTIPLAS</b>	
<b>a) Aprovação do Plano Regionalizado de Coletas Seletivas Múltiplas e seu cronograma de metas</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b> <i>Comprovar com Ata da Assembleia de Prefeitos para aprovação do Plano.</i>	
<b>b) Inclusão mínima dos resíduos domiciliares orgânicos e secos, resíduos da construção civil, resíduos verdes e resíduos volumosos</b>	
<b>Documentação comprobatória:</b>	

Comprovar com conteúdo do Plano.

## 1.5. AFETAÇÃO DO USO DE UMA OU MAIS ÁREAS PARA CENTRAL MUNICIPAL DE RESÍDUOS

### a) Afetação do uso da área

**Documentação comprobatória:**

Formalização jurídica do uso da área, por Decreto ou Portaria Municipal, afetando uso de área pública ou desapropriada, ou anuência do município especificando o uso da área.

## 2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### 2.1- ARCABOUÇO LEGAL

**Documentação comprobatória:**

\* Cópia da Lei da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

- Possui artigo e/ou inciso que trata da gestão dos resíduos da construção civil ( )sim ( )não
- Possui artigo e/ou inciso que trata da gestão dos resíduos de serviço de saúde ( )sim ( )não
- Possui artigo e/ou inciso que trata da gestão dos resíduos da logística reversa ( )sim ( )não
- Possui artigo e/ou inciso que trata da gestão dos resíduos orgânicos ( )sim ( )não
- Possui artigo e/ou inciso que trata da gestão dos resíduos secos/recicláveis( )sim ( )não

### 2.2. EQUIPAMENTOS PARA COLETA DE RESÍDUOS

Habitantes	Preencher abaixo a quantidade (Qtd.) de veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos em todo o município especificada de acordo com sua população.									
	Até 20 mil		>20 mil ≤50 mil		>50 mil ≤100 mil		>100 mil ≤400 mil		> 400 mil	
	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.
a) Veículos para coleta e transporte dos resíduos sólidos urbanos	2		3		8		13		50	

**DOC. COMPROBATÓRIA:**

\*Comprovar com contrato vigente e registros fotográficos dos veículos (placas, frente e lateral).

**Nº DO CONTRATO E PRAZO DE VIGÊNCIA:** \_\_\_\_\_

\*\*Caso o veículo seja de propriedade do município, comprovar através de documentação do veículo.

**DOCUMENTAÇÃO TITULAR:** \_\_\_\_\_

Habitantes	Preencher abaixo com a quantidade (Qtd.) especificada de acordo com a população do município.									
	Até 20 mil		>20 mil ≤50 mil		>50 mil ≤100 mil		>100 mil ≤400 mil		> 400 mil	
	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.	Mín.	Qtd.
b) Veículos especiais para coleta de resíduos sólidos de serviços de saúde de em conformidade com as normas NBR 12.810 e NBR 14.652 da ABNT	1		1		1		1		5	

**DOC. COMPROBATÓRIA:**

Comprovar com contrato vigente e registros fotográficos dos veículos (placas, frente e lateral).

Nº DO CONTRATO E PRAZO DE VIGÊNCIA\*: \_\_\_\_\_

\*Caso o veículo seja de propriedade do município, comprovar através de documentação.

DOCUMENTAÇÃO TITULAR: \_\_\_\_\_

### 2.3. COLETA SELETIVA

a) Possui Coleta Seletiva?  Sim  Não

Se a resposta for "Sim", marcar nos itens abaixo os itens que o município possui. Se a resposta for "Não", seguir para o item 3.

b) Mínimo 50% dos domicílios urbanos atendidos pela coleta porta a porta;  Sim  Não

#### DOC. COMPROBATÓRIA:

Cópia do Cadastro de domicílios atendidos em papel timbrado, assinado e datado;

c) Preencher abaixo com a quantidade (Qtd.) de PEV (Pontos de Entrega Voluntária) de acordo com a população do município.

Até 25 mil		>25 mil ≤50 mil		>50 mil ≤75 mil		>75 mil ≤100 mil		> 100 mil	
1		2		3		4		4	

#### DOC. COMPROBATÓRIA:

Endereços e registro fotográfico dos Pontos de Entregas Voluntárias.

### 2.4. DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

a) Lixão  Sim  Não

b) Aterro Sanitário em atividade  Sim  Não

Licença de Operação  Sim  Não  
Documentação comprobatória: Nº da licença

#### Documentação comprobatória:

Licença de Operação: cópia da Licença de Operação válida.

O Município possui o mapeamento georreferenciado dos lixões?  Sim  Não

Informe os lixões ativos e desativados:

Localização (Localidade, Distrito, Bairro)	Coordenadas Geográficas EPSG 31984 – SIRGAS 2000/ UTM ZONA 24S)	Área (km <sup>2</sup> ou ha)	Status

Medidas tomadas para início de redução de impactos dos lixões:

---

---

**3. AVALIAÇÃO RESERVADA À SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE- SEMA**

<b>1º ANO - REQUISITOS VERIFICADOS</b>	<b>CUMPRIU</b>	<b>NÃO CUMPRIU</b>
1.1.a) Constituição do Consórcio Público		
1.1.b) Definição do quadro de pessoal, cargos e empregos públicos		
1.1.c) Definição das leis uniformes de planejamento, regulação e fiscalização e prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduo		
1.1.d) Instituição da taxa de resíduos sólidos domiciliares		
1.1.e) Definição das leis uniformes de gestão dos resíduos da construção civil e dos resíduos volumosos		
1.2.a) Formação da primeira diretoria ou da atual diretoria		
1.2.b) Definição do Superintendente ou Gestor Ambiental Residente		
1.3.a) Criação do fundo específico de meio ambiente		
1.4.a) Aprovação do Plano Regionalizado de Coletas Seletivas Múltiplas e seu cronograma de metas		
1.4.b) Inclusão minimamente dos resíduos domiciliares orgânicos e secos, resíduos da construção civil, resíduos verdes e resíduos volumosos		
1.5.a) Afetação do uso da área		

**TÉCNICOS AVALIADORES:**

---

---

---

**FORTALEZA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ DE 2022.**